

RELIGIÃO E PODER POLÍTICO NA ANTIGÜIDADE GREGA E ROMANA

Fernando da Conceição Barradas *

Resumo

A adoção ou adaptação de divindades de uma sociedade para outra com fins políticos é um fenômeno histórico indiscutível. As ideologias religiosas têm-se preocupado em estabelecer elos entre o soberano e o seu povo, como forma de convencimento e garantia de submissão das comunidades políticas. O elemento religioso tem sido usado como freio e respaldo do poder político. Entre as nações-berço da cultura e civilização ocidental não foi diferente. Foi assim com os impérios grego e romano.

Abstract

The adoption or adaptation of divinities from one society to another one with politics purpose is an aut of question historical phenomenon. The religious ideologies have been worried about restabilishing links between the supreme and his people as a way of convincement and guarantee of obedience of the political communities. The religious element has been used as a break and back of the politic power. Between the origin-nations of the culture and ocidental civilization wasn't different. It was this way with Greek an Roman empires.

* Docente da UNIPAR

Introdução

As civilizações da antigüidade se pautaram na religião, que evoluiu de modo parecido tanto no Ocidente como no Oriente. Na fase formativa, cultuaram fenômenos da natureza, como o sol e a lua, o feiticismo ou crença num poder misterioso que existe em objetos inanimados, o animismo ou crença na alma imortal em todos os seres vivos. Evoluíram para uma religião de cunho moral social, objeto de abordagem deste trabalho. O fator religioso permaneceu sempre essencial para o respaldo do poder político. Os monumentais impérios expansionistas, como o Romano e o de Alexandre, sofreram de um problema espacial complexo de adaptação religiosa, que abordaremos, pois os dominadores ocuparam territórios habitados por etnias díspares e religiosamente distintas, apesar dos sincretismos.

1. GRÉCIA

1.1 Religião e poder político no período de formação

Nesse período, a religião permaneceu a mesma da época egéia. O sistema político era singelo, constituído por um rei, sustentado por uma nobreza

militar e proprietária das terras, que se impunha perante as camadas socialmente inferiores. Em geral, o mais nobre e sagaz desses aristocratas exercia o poder. O rei herdou, então, a riqueza, a sabedoria e poder para reinar, dos seus ancestrais, assim como eles haviam herdado do deus, pois todas as famílias reais e nobres traçavam a sua ascendência até o céu. Nesse sentido, a religião diferia pouco da praticada pelos povos primitivos. O rei era, nessa fase, o chefe e o líder do seu clã e chefe de suas famílias, de descendência divina. A aristocracia, nesse sistema, era imprescindível, pois os membros desses grupos eram todos iguais, descendiam de um deus, assim como o rei.

Os reis dos clãs gregos jamais chegaram a ser déspotas, tais como os do Oriente, pois, ao seu redor, alinhavam-se outros chefes de famílias distintas e divinas que o ajudavam a governar, dando a ele sustentação. Animismo, feticismo, zoolatria, adoração de astros e rituais praticados no seio da família, tornaram a religião de formação da Grécia parecida com as orientais.

1.2 Religião de cunho moral social

APOLO

Nos deuses dos poemas *Iliada* e *Odisséia*, os gregos reconheceram-se em si próprios. As divindades gregas representativas, de aspectos prosaicos do cotidiano humano, emergem depois como parte integrante da moralidade social. Apolo, em princípio apenas deus da luz, foi-se revestindo de novos atributos até tornar-se deus da agricultura e da criação de gado. Fantásticas lendas fizeram dele o deus mais querido e popular do mundo grego. Acabou tornando-se um protetor da humanidade, da música e das cidades. Orientava o homem em assuntos de natureza pública e privada. Os que se reconciassem com a sociedade e com a sua consciência, teriam o

seu perdão. A moral social surge como parte da religião grega, a partir de Apolo.

DEMÉTER

O aspecto moral aparece também em Deméter. Seus cultos eram exclusivos aos moralmente puros, sem distinção de classes sociais, sendo admitidos até escravos. Os vícios e pecados terrenos eram purgados nesses cultos. Tornou-se uma divindade nacional, tantos eram os candidatos à salvação.

DIONÍSIO

Dionísio, outra divindade popular que era um deus da natureza, em princípio, tinha cultos celebrados de modo rústico e primitivo. Com o tempo, foram evoluindo, modificando-se, até ganhar um cunho moral e redentor da purificação da alma eivada de pecados. O ascetismo e a moralidade rígida passaram a ser exigidos de seus seguidores, até atingir o caminho da salvação e felicidade eterna após a morte. No sul da Itália, nas colônias gregas fundadas a partir do expansionismo helênico, formaram-se várias comunidades de crentes que construíram santuários para cultuá-los.

1.3 A religião nas colônias

Com a expansão dos séculos VII e VI a.C., foram fundadas colônias na Anatólia e regiões ocidentais como a Itália, onde o fator religioso foi fundamental para o respaldo do poder político. Nas diversas cidades, a religião era desempenhada por numerosa classe sacerdotal, cujo chefe era o rei da cidade e territórios adjacentes. Até os camponeses das terras dos templos eram considerados escravos dos deuses. Assim também eram considerados os artífices que trabalhavam nas oficinas. Todos eram descendentes de Zeus, assim como os reis. Uma

sociedade totalmente estratificada em função do fator religioso.

1.4 Leis feitas pelos homens

Nas civilizações orientais, as leis foram legadas aos homens através de revelações divinas dentro da intimidade reis-divindades. Na Grécia, as leis foram feitas pelos homens e por isso freqüentemente alteradas e possibilitaram que as instituições políticas evoluíssem até a democracia. Os reis não chegaram a ser divinos. Apesar de sua natureza laica, a lei tinha algo de divino, alterar seus preceitos acarretava punição também por parte dos deuses.

1.5 Religião, integração cultural e individualidade

É sabido que a religião exerceu um papel cultural de integração das cidades gregas. Diversos santuários atendiam aos helenos em âmbito nacional. Muitos santuários funcionaram como oráculos, como o de Zeus em Dodona (Épiro) e de Poseidon (Corinto). Os templos de Zeus em Olímpia, os de Apolo em Delos, Delfos e Dídima também tinham abrangência nacional. Apesar de as homenagens serem realizadas em festas pan-helênicas desde tempos imemoriais, cada cidade enviava suas oferendas como forma de preservar sua individualidade. Grandes atletas gregos tiveram a honra de ter suas estátuas colocadas ao lado da dos deuses. Apesar de a religião representar uma força de união cultural no mundo grego, não foi esta mais forte que as forças políticas desagregadoras que conduziram as cidades à guerra e à decadência.

1.6 Ciência e religião

Outro aspecto da religião foi a ligação das grandes descobertas do passado pré-histórico a um inventor de natureza divina. São os casos de Prometeu

que ensinou o uso do fogo; Dédalo, pai da escultura. Apesar de tantos deuses e semi-deuses, os gregos não se deixaram sufocar por uma mentalidade conservadora e anti-científica. Foram, por isso, os criadores da Geografia Científica e da Astronomia. A filosofia grega perguntava “por quê?”, mesmo para os fenômenos do mundo físico. Percebiam Deus pela razão e esta é que os conduzia ao conhecimento das coisas. A partir da religião é que a poesia, a música e a dança se desenvolveram. Homenageavam de todas as formas os seus deuses. O mesmo sentimento promoveu à condição de genialidade a escultura, pintura e arquitetura gregas.

Pode-se imaginar que um povo tão místico não tivesse liberdade para pensar, ciosos em demasia das velhas tradições religiosas. Esse misticismo religioso acabou fazendo suas vítimas. Sócrates foi uma dela. Anaxágoras foi expulso de sua terra e condenado ao exílio.

1.7 O período helenístico

No período helenístico, com Alexandre governante de um império mundial, o poder político passou a estar cada vez mais ligado ao religioso. A adulação a que foi submetido assumia a forma de adoração religiosa. Talvez um homem endeusado tanto assim se sentisse não só rei, mas descendente dos deuses. É provável, por outro lado, que Alexandre, por ter sido discípulo de Aristóteles, portanto de formação racionalista, aceitasse apenas por conveniência política a adoração religiosa que lhe prestavam. Lendas sobre a chegada de divindades, em futuro imprevisível, tal como ocorria entre os povos iranianos, contribuíram para consagrá-lo divino.

Os generais que o sucederam nas diversas regiões em que se partiu o império, passaram a adotar a origem divina para governar. Em todo Oriente, até a época da conquista de Alexandre, os súditos sempre acreditaram na divindade de seus governantes, revestidos de poder ilimitado. Os reis helenísticos passaram a se declarar sucessores legais dos reis

nativos e herdeiros dos seus direitos e privilégios. Para os nativos, os reis de descendência helênica eram herdeiros de dinastias orientais extintas.

As dinastias que se formaram no Oriente com os generais de Alexandre, foram consideradas divinas apesar da origem alienígena. No entanto, na Macedônia, centro difusor desses governantes orientais, a situação permaneceu idêntica ao período de Felipe: o monarca nacional não era detentor da divindade e os reis não foram introduzidos na religião oficial.

1.8 As transformações religiosas no helenismo

O período helenístico trouxe profundas transformações na religião grega. As diversas correntes filosóficas, em especial o contato com as religiões do Oriente, foram criar uma íntima relação entre moralidade e religião. Morte, vida futura, conduta do homem em sua existência, passaram a ser valores morais ligados à religião. O próprio cristianismo, com o elevado ensinamento moral, sofreu influência dos valores novos da religião helenística. Descobertas arqueológicas recentes comprovam, através de inscrições em santuários de natureza helenística, orações e indicações acerca da vida futura. As crenças gregas e egípcias se fundiram quanto às idéias relativas a essa questão. Com isso, cultos orientais foram introduzidos no mundo grego. Isso não quer dizer que os cultos orientais tenham sido adotados integralmente. Incorporaram e corporificaram as idéias morais das religiões do Oriente em figuras divinas, femininas e masculinas, que representavam justiça, pureza e ações virtuosas.

Assim, foi evoluindo cada vez mais para o plano abstrato e espiritual. Os antigos deuses e semideuses continuaram a existir na poesia, na arte e na crença dos incultos. De outra forma, a influência religiosa no mundo helênico explica por que muitos reis helenísticos foram adorados como divinos: “salvador”, “deus”, “o relevado” e tantos outros adjetivos pios. Essas inscrições ficaram inclusive

registradas no verso do numerário amoeado emitido pelos imperadores.

De outra parte, o desenvolvimento do pensamento grego voltado para o racionalismo, o materialismo, o ateísmo, o agnosticismo, o ceticismo, que colocaram em discussão o viés sobrenatural da religião, tiveram muitos seguidores e contribuíram para alterar o caráter da religião primitiva dos deuses do Olimpo.

2. ROMA

2.1 Feticismo, animismo, astrologia e sincretismo dos povoadores

Pouco sabemos acerca da religião romana anterior ao século VI a.C, período em que os primitivos habitantes já tinham povoado a península. Divindades semelhantes a outras religiões primitivas, ligadas à vida agropastoril, aos astros e animais sagrados hostis ou amigos do homem, fizeram-nas portadoras de divindades não tão humanas quanto as gregas. Os cultos familiares celebrados pelo chefe de família em volta do fogo sagrado da lareira, como forma de proteger os bens e alimentos da família, além de seus membros, foram muito praticados até o desenvolvimento da cidade-estado. A importação de deuses diversificados, em função dos variados grupos povoadores da Itália, desenvolvem sincretismos e cultos etruscos, gregos, latinos e indoeuropeus em fusão com os da população autóctone.

2.2 República, a religião que se tornou helênica

Com a conquista da Itália já consolidada pelos latinos e Cartago derrotada, depois das três memoráveis guerras púnicas, o sentimento religioso da população, que passou por tantas desgraças, aumentou. No começo da República, os colégios de sacerdotes já tinham importante papel nos assuntos públicos. Os colégios de sacerdotes zelavam pela

relação entre deuses e cidadãos. Os sacerdotes eram especialistas em regras de comunicação com os poderes celestiais. Ademais, aconselhavam os magistrados em assuntos da comunidade. Os atos públicos do Estado se iniciavam e terminavam com cerimônias religiosas. Invocavam-se os augúrios dos deuses que se pronunciavam através de sinais e prodígios. Via pontífices, pedia-se a proteção dos deuses à comunidade. Aquela religião promovida pelo estado, estritamente cerimonial, não satisfazia o povo. A influência religiosa de origem grega passou a ser forte, satisfazia mais que as antigas formas romanas de religiosidade.

A cultura grega, através da poesia épica, da comédia, da tragédia, trazidas à Roma, familiarizaram os itálicos com as divindades e formas de cultos helênicos. Júpiter, Juno, Dionísio e Minerva nada mais foram que divindades correspondentes do mundo grego. Os romanos passaram a ser cada vez mais receptivos às religiões orgiásticas, algumas orientais. A decadência dos costumes tornou, nesse sentido, freqüente o culto de Baco no seio do patriciado decadente e rico. A religião se refletiu na arte, com estátuas de deuses romanos feitas por gregos, em estilo grego.

2.3 Império, a filosofia que se fez religião

No Império, a filosofia tendeu a transformar-se, aos poucos, em teologia, em normas de bem viver, em moral social ou interpretação geral da vida. Especialmente o estoicismo se adaptou a uma forma religiosa, transformando-se muito mais em religião que em filosofia. Na era de Augusto, o estoicismo, com idéias claras, lógicas e simples, foi muito difundido. O ideal estóico era a ataraxia, o equilíbrio perfeito da alma. O aperfeiçoamento moral seria fruto de um comportamento disciplinado, religioso, calcado no cumprimento do dever para consigo mesmo e com o próximo. Os assuntos prosaicos da vida passaram a ser considerados secundários. Com tal rigidez e perfeição disciplinar, não se temeria nem mesmo a morte. O suicídio era tido entre os estóicos como

forma de se obter a liberdade. A meta da vida pessoal dos estóicos era, portanto, atingir a divindade. O neopitagorismo foi alternativa para quem não aceitou o rigor e perspectiva de morte do estoicismo. Os neopitagóricos se inclinavam mais para a escatologia mística e preocupação com a vida futura. Os mistérios de Elêusis, tipicamente gregos, que discutiam a vida futura e a felicidade após a morte, também tiveram influência entre os romanos. Em contrapartida a essas tendências religiosas, floresceu também o epicurismo, essencialmente materialista, praticado pelos homens que apenas queriam gozar a vida.

2.4 Augusto, o rei que se tornou divindade

Essa onda filosófico-religiosa criou uma força espiritual que sobrepujou a racionalidade e a ciência, e se evidenciou cada vez mais no culto divino aos imperadores. Destacamos, em artigo anterior, as crenças messiânicas e as possibilidades de esses enviados voltarem à terra. Especulava-se, no mundo romano, quanto à volta de Apolo para libertar o mundo humano das trevas. Sempre foi difícil distinguir o divino do humano; e disso se valia o poder político para encarnar as forças divinas. Em Augusto era vista a presença de Apolo ou traços de Mercúrio. Os templos de Apolo e Marte, com seus altares e decorações, lembravam reis e dinastias tidas como divinas. Até no Oriente se espalhou a crença de que Augusto era encarnação da divindade. Augusto passou a ser o “gênio”, o chefe da grande família romana, além de messias. Essa crença não foi criada ou imposta por Augusto ou por seus mentores, mas apenas fruto de uma crença das populações da Itália. Augusto aproveitou-se para restaurar santuários em ruínas e reativar cultos primitivos. Os amigos de Augusto erigiram o Panteão de Agripa, onde a estátua de Augusto ladeava imagens dos deuses supremos do templo. Isto, sem citarmos os inúmeros edifícios públicos destinados ao culto e glorificação do imperador.

2.5 A contestação do poder divino, após Augusto

Os sucessores de Augusto, no entanto, viveram num clima de crime, escândalo e intriga. O principado começou a sofrer pressão ideológica como instituição. Difícil considerar divinos imperadores tão venais. Os defensores do poder, no entanto, procuravam ligar a Augusto os reis posteriores a ele; a autoridade seria um direito pessoal firmado na ligação com o antigo imperador. Os estóicos negavam tal ligação, sustentando que deus só confiava o poder ao homem moral e intelectualmente superior ao resto da comunidade. O exercício do poder imposto por deus seria uma pesada obrigação pessoal. O governante seria um servo da humanidade e deveria trabalhar para o bem de todos e não em benefício de seu próprio interesse.

Domiciano, terceiro rei da dinastia Flávia, acentuou a discussão, rejeitando a teoria de que o governante seria o “melhor homem”. Em todos os seus atos, acentuou a natureza absoluta de seu governo com base na condição sagrada de sua pessoa. Exigia submissão cega - não aceitou a ideologia estóica e teve contra si a oposição das classes dominantes e do senado, sucumbindo vítima de rebeliões em Roma e nas províncias.

Nerva, que substituiu Domiciano e restabeleceu as boas relações com o senado e as classes dominantes às quais se submeteu, comprometeu-se a respeitar as antigas normas, a governar como monarca estóico, de poder limitado, como o primeiro e o melhor cidadão. Assim, não houve atritos entre os poderes autocráticos, o que gravou mais ainda a natureza totalitária do poder, pois o senado apenas cancelava os atos imperiais, tão satisfeito ficou com as benesses do imperador.

Quando o princípio de adoção substituiu o de hereditariedade, Roma teve melhores governantes, embora fossem de origem provincial. Foram os mais autênticos representantes da teoria estóica de que reinar é um dever, algo como um martírio. Esses imperadores e o principado dos Antoninos não tiveram sanção religiosa. Após a crise do terceiro século, no

entanto, os imperadores, na tentativa de se firmarem no poder, procuraram restabelecer uma religião oficial. Foi o que aconteceu com Aureliano e Heliogábalo, que não tiveram autoridade reconhecida como deuses.

2.6 A crise do terceiro século e as transformações religiosas

Conforme vimos, o culto de veneração perdeu significação após Augusto. Nem por isso morreu o interesse pela religião. Pelo contrário, foi cada vez maior. O culto estatal do imperador e de governantes mortos, elevados ao extremo da veneração divina, não satisfazia o homem em seu sentimento de autoajuda às dificuldades e consolo no sofrimento. O homem sempre se preocupou com a vida futura. Exigia a sua consciência, muito mais que o culto ao imperador.

O racionalismo estóico, o misticismo platônico, o agnosticismo e o esoterismo, bem como o domínio da superstição e da astrologia satisfaziam as classes ilustradas apenas. Nas classes mais baixas nota-se, entretanto, um crescimento rápido de atitudes religiosas a partir do século II da era cristã. Foram notórias, nessa fase, o ressurgimento do culto doméstico, a adoração cada vez maior às divindades greco-romanas e outras figuras simbólicas de novas divindades ligadas à vida diária, como boas colheitas, saúde, prosperidade, etc. Esse processo de ressurgimento do fervor nessa época, foi notado também na Grécia e em outras províncias orientais. É o que se observa através da arquitetura, literatura, pintura e escultura. O tráfego de povos, facilitado pela natureza do estado mundial romano, de dinâmico comércio, favoreceu a difusão do misticismo oriental por todos os lados. A dominação imperial romana, nesse sentido, foi de tolerância, sendo qualquer culto permitido, desde que houvesse obediência à sua supremacia. O século III mostra o florescimento de grande número de crenças adaptadas, especialmente as de fundo oriental.

As crenças se fundem.

Enquanto isso, uma sociedade religiosa do

Oriente se destacava, a Igreja Cristã. A partir do Oriente, bem organizados, os cristãos penetraram na Itália, porque tinha caráter universal, fundamentada tecnologicamente em bases escatológicas adequadas ao momento histórico. Religiões orientais, mais o cristianismo, mais as religiões primitivas, acentuam o clima religioso. Os deuses e deusas das diversas crenças, ao invés de se tornarem rivais, acabam se associando. Um exemplo de associação religiosa foi dado pelo imperador Alexandre Severo que, em seu palácio, honrava ao mesmo tempo Abraão e Cristo, Orfeu e os deuses cultuados nas cerimônias domésticas. O sincretismo e a confusão religiosa chegou a tal ponto que Aureliano (270-275), adotou a adoração do sol para simplificar.

2.7 O cristianismo primitivo no império e as crenças orientais concorrentes

Nos primeiros séculos, o cristianismo teve que disputar preferência com três seitas de cunho oriental.

2.7.1 Mitraísmo

O mitraísmo, apesar de conhecido pelos romanos havia mais de trezentos e cinquenta anos, só no século I d.C é que foi fazer suas primeiras conversões na península e espalhar-se de maneira acentuada no século primeiro d.C. Mitras, que era o deus dos soldados, espalhou-se pelas bandas ocidentais do Império, até a Grã-Bretanha. Mitras, na verdade, era derivada do zoroastrismo, religião persa, reformada por volta de 500 a.C., de cunho messiânico, no qual a divindade-soldado ocupava uma posição subordinada. Mitras era o campeão de Mazda, divindade benéfica do zoroastrismo, o guerreiro do bem, contra o mal (representado nessa religião pela divindade maléfica Arimãnio (Satanás)). O mitraísmo zoroástrico insistia num código de comportamento moral igual às religiões monoteístas modernas como o cristianismo e o judaísmo. Por isso, no Império Romano, o mitraísmo, última religião pagã

de mistérios, foi o oponente mais duro da religião cristã. As outras duas religiões de cunho oriental, importantes nos primeiros séculos do cristianismo, eram as de Cibele e Ísis, de cunho amoral.

2.7.2 Cibele

O culto da Cibele foi muito popular em Roma, por volta do século III a.C., por ocasião da segunda guerra púnica. A vinda da deusa a Roma, através de um meteorito negro, foi atribuída à derrota de Aníbal, que estava plantado, ameaçadoramente, no sul da Itália com seus soldados. Cibele era a senhora dos animais; e em suas representações, aparecia sempre ladeada por leões que lhe puxavam o carro. Por ocasião da colheita também era cultuada. Seu culto envolvia sacrifícios e castração voluntária de homens. O culto a Cibele se tornou tão popular que o imperador legalizou a adoração à poderosa mãe.

2.7.3 Ísis

O culto de Ísis, que no Egito se relacionou com Osíris, foi adaptado entre os romanos no século IV a.C. Serápis passou a ser o companheiro da deusa e era identificado como Plutão, o “Senhor do Imperador” e “Juiz da Morte”, que poderia conceder a salvação eterna a todos que o servissem fielmente aqui na terra.

O culto de Ísis e seu esposo Serápis teve contra si motivos políticos que decretaram sua decadência em Roma: a derrota de Cleópatra, rainha do Egito e Marco Antônio em Ácio. Daí em diante, tudo que era egípcio se considerou maldito. Em 19 d.C., Tibério mandou destruir o templo da deusa Ísis, atirou sua estátua ao Tibre e crucificou os sacerdotes. Mas o culto a Ísis era tão popular que o poder político se vergou e Calígula acabou legalizando o seu culto.

Os cultos a Ísis, Cibele e Mitras resistiram enquanto a Igreja Cristã não se emancipou. Uma vez emancipado o cristianismo, seu alto valor moral e a lógica na qual se baseava, superou os cultos orientais,

inclusive o mitraísmo, seu oponente mais duro.

2.8 O culto ao imperador

O culto ao imperador foi muito ruim para os cristãos, pois surgiu na mesma época da emergência das primeiras gerações de cristãos.

O culto do governante vivo sempre foi uma prática usual, desde muito tempo, no Oriente. Em Roma, começou com a concessão de honras divinas a Júlio César à época de Augusto *princeps*. Cultuar o imperador era importante como força política aglutinadora, pois romanos e provincianos tinham, com isso, um epicentro de lealdade comum.

Nas províncias orientais, foram erguidos templos ao imperador. Na Grã-Bretanha, ficou famoso o templo de Cláudio, em Colchester, destruído em 61 d.C., quando a rainha britânica se rebelou contra Roma. Estátuas dos príncipes eram erguidas nos templos ao lado de outras divindades.

Sem dúvida, no império, o culto ao imperador se tornou um fator muito poderoso para a unidade. Judaísmo e cristianismo não participaram. Por ser uma religião nacional, baseava no princípio de que Deus se revelou ao povo escolhido, o judaísmo não apelava em busca de penetração junto a outros povos.

O cristianismo primitivo foi considerado em Roma um rebento do judaísmo ortodoxo e, por isso, tornou os cristãos antipáticos para os romanos. Pior que o judaísmo, pois o seu Deus não era menos inflexível que Jeová e reivindicava uma supremacia absoluta, moral e temporal. Os cristãos primitivos, além de não aceitarem o culto do imperador, pregavam a perdição final de Roma, que alçunhavam de Babilônia, capital do pecado. Os atritos dos cristãos com os judeus poderiam ter sido violentos, não fosse a destruição de Jerusalém por Tito no ano 70.

2.9 Perseguições

Antes do século III, as perseguições

promovidas pelo império não foram amplas, conforme nos referimos antes. Em meados do século III é que elas se intensificaram. As perseguições sofridas serviram a propósitos políticos, não foram de cunho religioso.

Nero, em 64, incendiou Roma, culpou os cristãos pelo incêndio e os executou porque o povo os odiava. A perseguição de Nero culminou em 67, com o martírio de Pedro e Paulo. Aquele que se tornaria depois Santo Inácio foi trazido de Antioquia para Roma e morto no principado de Trajano (98 a 117). São Policarpo foi queimado no reinado do imperador Antonino, por não querer se retratar.

A lei seguida em Roma era de relativa tolerância para com os cristãos, pela qual eles não deveriam ser perseguidos e acusados, a não ser que o infringissem especialmente recusando-se a homenagear o imperador como um deus.

Marco Aurélio (161-180), no entanto, foi implacável com os cristãos. Por ser um pensador estoíco convicto, foi intolerante. Ateísta, acusou os cristãos de ateísmo, canibalismo e imoralidade sexual. Seu filho e sucessor Cômodo (180-193), ideólogo estoíco como o pai, seguiu a linha de intolerância, pelo menos no começo do seu reinado. Com a dinastia dos Severos, a primeira metade do Século III foi relativamente tranqüila. O imperador Severo Alexandre chegou a incluir Cristo em seu oratório, ao lado de Abraão e de divindades de origem helênica. O pior estava por vir. Durante a crise do terceiro século (235-285), cinquenta anos de guerra civil, sucessão de vinte e seis imperadores, a maioria assassinada, os cristãos foram perseguidos, mortos, tiveram as propriedades confiscadas e a liberdade de culto proibida. Em meados do século III, dez por cento da população da Ásia Menor e da Síria eram cristãs. Na Grã-Bretanha o número era menor.

Quando parecia certa a implosão global do império pelos antagonismos interiores, emerge Diocleciano (284-305), que rearticula a unidade romana.

2.10 Diocleciano

Em princípios do século IV, Diocleciano desencadeou a mais feroz perseguição geral aos cristãos, até então praticada.

Quais teriam sido os motivos? Conta-se que em 297, em momento de grande dificuldade militar, quando consultava os augúrios, alguns cristãos presentes fizeram o sinal da cruz. Alguns atribuem a tal fato as perseguições. Outros, ao fato de ser um governante de estilo oriental, inclusive nas vestes e nos atos de continência. Os maniqueus (não cristãos), também foram arrasados por Diocleciano em 296, antes, portanto, dos cristãos. Assim como os cristãos, os maniqueus foram acusados de diferentes vícios. Famoso por sua política econômica de tabelar preços já naquela época, de resultado desastroso, procurou bodes expiatórios.

Em fevereiro de 303, baixa decretos que obrigam os cristãos ao regresso à religião de seus antepassados. Eles não aceitam negar o seu Deus e jurar o imperador. Poucos apostataram. Outro decreto determinava que os cristãos deveriam abjurar ou morrer. A perseguição se espalhou por todo o império. Em 305, depois de um governo bem sucedido, abdicou. Os pretendentes ao poder lutaram entre si e o império perde, novamente, a unidade política. As perseguições prosseguiram, especialmente no Oriente, onde Maximino mutilou e matou milhares de cristãos, na condição de subordinado do imperador Galério. Finalmente o martírio teve fim. Em 30 de abril de 311, o próprio imperador Galério baixou o Ato de Tolerância que restaurou a liberdade de culto e o direito civil dos cristãos. Perseguições fora de controle do imperador ainda ocorreram em pontos isolados do império. Em 313, o Edito de Milão, do imperador Constantino, convertido, concedia aos cristãos as garantias legais e restituía-lhes as propriedades confiscadas.

A literatura cristã aumentou o número de leitores, surgiram várias escolas literárias como a dos pais africanos na qual se destacaram Lactâncio (século III); Agostinho (354-430), autor de “A cidade de

Deus”, “As Confissões”, que procurou conciliar o platonismo com o dogma cristão e a inteligência com a fé. Isto, sem falarmos de Jerônimo (342-420), autor da Vulgata (Bíblia traduzida em latim), Ambrósio (340-397), Atanásio de Alexandria (século IV), Eusébio de Cesaréia (265-340), Gregório de Nazianza (século IV) e João Crisóstomo de Constantinopla (347-407).

O movimento literário proto-cristão evidenciou total desinteresse político em alçar o poder na sociedade européia, pretensão que se alterou ainda na alta Idade Média.

Conclusão

A adaptação ou adoção de divindades de uma para outra sociedade antiga é fato histórico frequentemente registrado. Isso foi possível devido ao caráter politeísta e panteísta que permitiam ampliar o culto do estado sem colocar em questão seus princípios.

Alexandre casou-se com a filha de Dario e recolheu o seu legado. Nunca hesitou em aparecer após a conquista de cada povo estrangeiro como soberano divino. O imperador é sempre instrumento de uma vontade superior, o que lhe permite governar sobre todos os grupos por uma vocação universal, não precisando nem ao menos se justificar. Em civilizações monoteístas como a de Israel, que se recusou a aceitar os deuses estrangeiros e se confrontou com babilônios e romanos até a diáspora. Mesmo os cristãos só apoiaram o poder do Império Romano, quando esse, apesar do seu universalismo, colocou-se a favor da verdadeira fé. As ideologias religiosas colocaram um elo entre o soberano e o seu povo, de modo a considerar os homens insignificantes. O povo tem fé na autoridade delegada ao rei. Ele é, por isso, absolutista. Ele sempre exprime o poder a que todos devem obediência, a ordem a que todos devem se submeter e pode, portanto, dominar áreas geográficas sem homogeneidade cultural.

Bibliografia

01. BAILEY, Cyril. **O Legado de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 571 p.
02. BALDSON, J. P. V. D. **O Mundo Romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 262 p.
03. BONARD, André. **Civilização Grega**. Lisboa: Studio Cor, 1972. 390 p.
04. CABELL, Joseph. **As Máscaras de Deus**. São Paulo: Palas Athena, 1992. 380 p.
05. CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 220 p.
06. DIAKOV, V. **História da Antiguidade: A Grécia**. 3. ed. Lisboa: Estampa, 1976. 275 p.
07. ENGEL, Jean Marie e PALANQUE, Jean Remmy. **O Império Romano**. São Paulo: Atlas, 1980 207 p.
08. FEIJÓ, Martin Cezar. **A Democracia Grega**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990. 31 p.
09. FINLEY, M. I. **Os Gregos Antigos**. Lisboa: Edições 70, 1977. 165 p.
10. GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. São Paulo: Círculo dos Livros, 1980. 490 p.
11. GIORDANI, Mario Curtis. **História de Roma**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 383 p.
12. GIORDANI, Mário Curtis. **História da Grécia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 493 p.
13. GLOTZ, Gustave. **A Cidade Grega**. São Paulo: Difel, 1980. 339 p.
14. GOUGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. Lisboa: Verbo, 1969. 204 p.
15. HATZFELD, Jean. **História da Grécia Antiga**. Sintra: Europa América, 1977. 357 p.
16. HUGH, Lloyd Jones. **O Mundo Grego**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 253 p.
17. ISAAC, Jukes. **O Oriente e Grécia**. São Paulo: Mestre Jou, 1964. 263 p.
18. MANTOVANELLI, Indro. **História dos Gregos**. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1968, 268 p.
19. MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. 416 p.
20. OYNBEE, A. J. **A Herança dos Gregos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 334 p.
21. ROPER, Hugh Trevor. **Formação da Europa Cristã**. Lisboa: Verbo 1984. 334 p.
22. ROSTOVITZ, M. **História de Roma**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 302 p.
23. ROSTOVITZ, M. **História da Grécia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1968. 302 p.
24. VERNANT, Jean Pierre e NAQUET, Pierre Vidal. **Mito e Tragédia na Guerra Antiga**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 2v.
25. _____. Jean Pierre e NAQUET, Pierre Vidal. **Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1989. 177 p.